

A CRISE SE AGRAVA!

LEVY CONTINUA, PMDB GANHA ESPAÇO NO GOVERNO E O GOLPISMO AVANÇA!



NO 12º CONGRESSO DA CUT, A LUTA POR OUTRA POLÍTICA ECONÔMICA

Nacional

O cerco se fecha
pág. 4

Luta de Classe

Bancários em
greve nacional
pág. 6

Economia

10 meses de ajuste
pág. 10

Internacional

Luta dos trabalhadores
árabes em Israel
pág. 11

Cunha quer restringir aborto legal em caso de estupro

66,8% das mulheres vítimas de violência sexual têm entre 10 e 19 anos

Está em pauta no Congresso Nacional um Projeto de Lei (PL 5069/2013), de Eduardo Cunha (PMDB), o atual presidente da Câmara, que prevê o aumento de penas para quem pratica e quem "induz a gestante à prática do aborto". O que se pretende é o aumento da criminalização das mulheres que recorrem a métodos contraceptivos, em particular quando vítimas de estupro.

O PL é tão absurdo que propõe impor às mulheres a necessidade de exame de corpo de delito para comprovar a violência sexual! Isso porque Cunha quer suprimir um artigo vigente que define o estupro como "qualquer forma de atividade sexual não consentida". Para tentar limitar ainda mais o acesso ao aborto legal (que hoje só é permitido em casos de violência sexual, de risco à vida da mãe

ou de anencefalia do feto), Cunha não se importa em negar às vítimas de violência sexual o direito a atendimentos de saúde como os métodos contraceptivos de emergência.

Cunha também é autor do PL 1545/2011 que prevê pena de 6 a 20 anos para médico que realiza aborto, além da cassação do registro profissional - atualmente, a pena pode ser de três anos, e só em caso de morte a prisão máxima é de 20 anos; do PL 7443/2006 que transforma o aborto em crime hediondo; e do PL 6033/13, para revogar a lei que trata do atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Essas propostas vêm de um dos principais inimigos da juventude e do povo brasileiro, que manobrou para aprovar a redução da maioria penal.

O que é necessário é todo o contrá-

rio: de um lado, é preciso ampliar a proteção à vítimas de violência sexual, que significa também aumentar a proteção de nossas jovens. Somente em 2013, foram notificados 22.914 casos de violência sexual contra pessoas do sexo feminino. Em 66,8% dos casos, as vítimas tinham entre 10 e 19 anos.

De outro lado, é urgente legalizar o aborto! Garantir que ele seja seguro e gratuito para as milhares de jovens e mulheres que, hoje, não vêm alternativas a não ser recorrer a remédios traficados ou clínicas clandestinas ou precárias. A cada dois dias, uma mulher (geralmente pobre) morre em decorrência de aborto inseguro, o que mostra que já passou - muito! - da hora de legalizar e realizá-lo na rede pública.

Priscilla Chandretti

Corte de verba prejudica a educação

Direção da UNE encobre política do governo, enrola e não organiza a luta

O número de novas matrículas no ensino superior privado caiu 30% neste segundo semestre, em comparação a 2014, segundo o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior.

A queda tem a ver com a redução do FIES e também com o aumento do desemprego e da queda da renda, já que atualmente grande parte dos estudantes de pagas são jovens que trabalham para pagar seu curso.

De um lado cada vez menos jovens têm acesso ao ensino superior, mesmo pago. De outro, as universidades públicas enfrentam uma dura crise.

UNE não mobiliza

Nessa situação, uma caravana de estudantes a Brasília contra os cortes na educação (que já somam \$11 bi), aprovada em junho congresso da UNE, poderia ser um ponto de apoio na luta.

Mas, a direção da UNE, depois de enrolar para marcar a data, convocou a caravana para 6 de outubro, sem nenhum empenho na sua preparação.

O resultado foi um ato para "marcar tabela", com 300 participantes. Em audiência com os estudantes, o novo Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, defendeu o ajuste fiscal e a presidente da entidade, Carina Vital, comemorou o genérico compromisso de "lutar por mais verbas para a educação"!

No Rio, jovens negros são mortos e segregados

PM continua extermínio e assiste ataque de "justiceiros" sem reagir

O Rio de Janeiro já tem, em 2015, mais mortos por policiais do que em todo o ano de 2013, segundo o Instituto de Segurança Pública do Rio.

Na capital, as mortes causadas por agentes de segurança cresceram 47% entre junho e agosto desse ano. Em Niterói, o aumento foi de 50%. Os jovens estão sendo massacrados na periferia, seja por policiais, seja pelo tráfico.

Infelizmente, não é novidade para os brasileiros as fraudes que acontecem em diferentes cenas de assassinatos cometidos pelos policiais. Em 29 de setembro, a morte de Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos,

baleado no Morro da Providência, zona portuária do Rio de Janeiro, foi registrada, inicialmente, como auto de resistência - argumento usado frequentemente para que a polícia possa, à maneira que julgar melhor, atirar e matar. Mas um vídeo feito por moradores desmentiu a versão da polícia, mostrando que a cena do crime havia sido fraudada.

"A polícia nos protege"

Enquanto isso está em curso uma verdadeira segregação racial para impedir que os jovens negros da periferia cheguem às praias da Zona Sul. Incenti-

vados pela ação da PM, que interceptou ônibus retirando os jovens, agora são grupos de "justiceiros" que atacam. No domingo, 20 de setembro, cerca de 30 homens, a maioria praticante de lutas marciais, atacaram ônibus que ligam o subúrbio aos bairros de Copacabana e Ipanema, na busca de "moleques de chinelo, com cara de quem não tem R\$ 1 no bolso", explicou um deles. A PM assistiu e nada fez. "Os policiais nos apoiaram, tanto que não nos prenderam. É o terceiro final de semana que fazemos isso", disse outro.

Jeffei

Os 43 de Ayotzinapa: "Foi o Estado!"

Mobilização reúne dezena de milhares em cidades do México

Dezenas de milhares marcharam na Cidade do México e em capitais estaduais, com presença marcante da juventude e de sindicatos, em 26 de setembro, quando completou um ano do desaparecimento dos 43 estudantes da Escola Normal Rural de Aytzinapa.

Em todas as mobilizações, uma convicção: "foi o Estado" o responsável pela tragédia. Por isso, muitos também diziam "Fora Peña", exigindo a cabeça do presidente do México.

O desaparecimento aconteceu na cidade de Iguala, Estado de Guerrero, depois de uma brutal repressão da polícia, que além dos desaparecidos deixou 6 mortos e 25 feridos.

Na versão inventada pelo governo



Peña Nieto, como "verdade histórica", a responsabilidade é de um cartel de narcotraficantes "Guerreros Unidos", que teria confundido os estudantes com membros de um cartel rival. Os estudantes teriam sido queimados

num lixão próximo do sequestro. Diversas investigações mostram que não há evidências para sustentar esta versão e há indícios de que as autoridades federais sabiam do ataque.

Os pais dos estudantes não aceitam

a versão e respondem ao governo o que motiva a mobilização: "Foram agentes do Estado, presidente. Foi o Estado quem desapareceu com nossos filhos e que permitiu que a narcopolítica se enraizasse em Guerrero, o que gerou uma mentira histórica".

Em 26 de setembro a luta pela investigação e punição dos responsáveis, expressou-se com as lutas que tem travado o povo mexicano em defesa dos seus direitos, atacados pela política de Nieto, completamente submisso aos interesses do Imperialismo dos EUA, a começar pela luta em defesa da educação pública.

Correspondente

Não há mais tempo a perder

O cerco se fecha. A cada dia uma nova puxada de tapete do Congresso Nacional, nova escalada nos tribunais, novas denúncias para atingir o PT. Quanto mais o governo cede, mais é empurrado a ceder. Quanto mais a direção do partido não reage e se dobra à política do governo, mais sentem-se fortalecidos os que querem destruir o PT.

O episódio no funeral do companheiro José Eduardo Dutra, ex-presidente do PT – uma provocação ignóbil “petista bom é petista morto” – é mais que um alerta!

Não há mais tempo a perder.

A política econômica de ajuste para atender às exigências do capital financeiro, e de ampliação do poder do PMDB no governo, só faz aprofundar a crise. Com esta política, na verdade, o que se pavimenta é o caminho, cada vez mais favorável, para os que querem tomar de assalto o governo e ir até fim nos ataques à classe trabalhadora e à pilhagem do país.

A ação do governo e a inação da direção do PT concorrem para desmoralizar e confundir os trabalhadores, os jovens, os oprimidos. À eles o que lhes é de direito: empregos, salários dignos, direitos, serviços públicos, terra para quem nela trabalha! Este é o mandato popular, dado por 54 milhões de brasileiros, que hoje são golpeados pela política de ajuste.

Dez meses de Levy no comando da economia, dez meses de sacrifícios aos trabalhadores e suas famílias. Menos emprego, menos salários, menos direitos, menos alunos matriculados nas universidades, menos programas

MANDATO POPULAR DADO POR 54 MILHÕES É GOLPEADO PELO AJUSTE DE LEVY

como Minha Casa Minha Vida e Farmácia Popular...

Até onde vai isso? Está passando da hora de retomar com os compromissos assumidos para garantir a reeleição do PT. A presidente Dilma e a cúpula partidária têm aí a maior responsabilidade!

No último dia 3, a chamada da Frente Brasil Popular - que reúne entidades representativas da base social que reelegeram Dilma - ocorreram os atos “em defesa da democracia, de uma nova política econômica, dos direitos e do povo brasileiro sobre o Petróleo”.

Os atos ficaram aquém do esperado. Qual a razão? Os trabalhadores não desistiram de defender seus interesses e enfrentar as forças reacionárias. Mas, como verbalizou o presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio

Pochmann, “as pessoas vão defender Dilma em nome de que?”. Os trabalhadores ainda não desistiram de dirigir as reivindicações a Dilma. Mas, tudo tem um limite, ela tem que ouvi-los!

Em direção contrária às bandeiras levantadas no dia 3, como a defesa da Petrobras, a direção da empresa anuncia novo plano de desinvestimento. Dilma empossa novos ministros, rodeada de raposas do PMDB, e segue intocado o ministro Levy, representante dos banqueiros, contra os quais os bancários iniciaram uma greve nacional em 6 de outubro. Todas as categorias em campanha salarial se chocam com as dificuldades impostas pelo ajuste e a intransigência patronal, pretextando a crise.

É nesse cenário que o 12º Congresso da Central Única dos Trabalhadores, aprofundando o papel jogado pela central na luta contra o ajuste, pode avançar para realizar a ação unificada dos trabalhadores para por fim à atual política econômica e à ofensiva conservadora.

É nesse cenário também que o Diálogo e Ação Petista realiza reuniões em todo país. Nelas, os petistas dispostos a reagir frente à capitulação da cúpula partidária, poderão encontrar um ponto de apoio para apoiar e somar-se às lutas, como a greve dos bancários. Como agia o PT.

CONTRIBUA!

Adquira o Calendário O Trabalho 2016!

Já está disponível o calendário de O Trabalho cujo tema é “A luta contra o imperialismo”.

Nunca na história do Brasil a independência material das organizações dos trabalhadores esteve tão na ordem do dia. Um congresso nacional baseado no financiamento empresarial, a operação Lava Jato, baseada na brecha aberta pelo financiamento empresarial, mostram que os trabalhadores não devem depender de dinheiro do Estado, da burguesia, de ONGs ou Igrejas. Deve depender de si e daqueles que concordam com o direito de existência de sua luta.

Para nós, a independência financeira é condição para a independência política. É um princípio para a Corrente O Trabalho do PT nesses quase 40 anos de luta no Brasil.

Dirigimos-nos a todos os leitores, a todos os militantes do PT, todos ativistas sindicais, populares e da juventude para pedir que contribuam e ajudem a financiar nosso combate político.

Procure um colaborador do Jornal O Trabalho e peça seu calendário!



Memória

MASSACRE NOS CAMPOS PALESTINOS DE SABRA E CHATILA

O presidente Reagan declarou-se “horrorizado” com o massacre cometido nos campos palestinos de Sabra e Chatila. (...) Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e chefe de Estado, denunciou as “orgias sangrentas” e “o crime odioso” das tropas israelenses em Sabra e Chatila. Os maiores representantes do imperialismo e do stalinismo condenaram o massacre (...). Entretanto, eles já sabiam dos fatos, sabiam mesmo que o massacre estava sendo preparado. (...) Tudo foi feito às claras em Beirute, uma das cidades mais policiadas, em todo o mundo, pelas agências de espionagem e informações.

O Trabalho nº 172 - 7/10/1982



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Arte: Mariana Waechter

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

O cerco se fecha

Ações do governo jogam gasolina no fogo

“Ganhamos um fôlego”, foi como vários dirigentes petistas avaliaram a “reforma” ministerial feita por Dilma, e defendida por Lula (ver pag. 10).

Joaquim Levy foi mantido no comando da política econômica que está promovendo o choque do governo com sua base social e Dilma cercou-se mais do PMDB, que nenhuma identidade tem com essa mesma base social, bem ao contrário.

O partido que coabitou com a ditadura militar (à época MDB), que articulou o pacto das elites que preservou as instituições do regime, a anistia aos assassinos e torturadores; o partido que bancou o Colégio Eleitoral (ao qual o PT disse não), que abriga hoje a maior bancada ruralista (da qual o clã Sarney e a ministra Kátia Abreu são expoentes), que assina os piores projetos contra os trabalhadores (como o da terceirização), detém hoje o maior orçamento, com os sete ministérios que lhe foram presenteados, entre eles o da Saúde, entregue a Marcelo Castro, deputado ligado à medicina privada.

Para o orçamento de 2016, a previsão do orçamento dos ministérios comandados pelo PMDB é de R\$ 99 bilhões, para as pastas petistas o total é de R\$ 75,5 bilhões.

Tanta concessão para que? Quanto mais Dilma busca apoio num Congresso, o mais reacionário desde 1964, afagando os mal chamados aliados, mais amplia o cerco e, mais instáveis ficam as relações com a base social do governo.

Quem ganhou fôlego?

No Congresso, o presidente da Câmara impediu por falta de quorum e por duas vezes, a votação, de interesse

do governo, aos vetos presidenciais à chamada pauta-bomba. O fato mais emblemático foi na segunda tentativa. Sete minutos depois de suspensão a sessão conjunta (Câmara e Senado) por falta de quorum, pois compareceram apenas 233 deputados (era preciso 257), a Câmara abre sua sessão registrando a presença de 428 deputados! É só fazer as contas: 195 deputados, da “base aliada” e oposição, atenderam ao chamado de Cunha para boicotar a sessão conjunta.

Preterido na reforma ministerial, mas principalmente chantageando para pressionar a votação, no Senado, da PEC que permite o financiamento empresarial de campanha (vetado por Dilma, na sanção da contrarreforma da Câmara, comandada por Cunha), o presidente da Câmara garantiu o apoio de cerca da metade da bancada do agraciado PMDB ao boicote da votação.

Como se vê, ao buscar saída no PMDB, na verdade o caminho para enfraquecer cada vez mais o governo, quem perde fôlego é Dilma. A oposição assiste de camarote e aplaude.

Mas, não é só no congresso que o cerco se fecha.

Escalada dos Tribunais

Enquanto as manobras de Eduardo Cunha davam resultado no Congresso, num jogo de vale tudo, duas decisões colocaram mais lenha na fogueira.

Primeiro, no dia 6 de outubro, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em decisão inédita na história desse Tribunal, deu segmento às ações apresentadas pelo PSDB que pedem a impugnação da chapa da presidente Dilma e seu vice Temer, por supostas irregularidades na campanha. Decisão contestada pelo jurista Dalmo



Temer e Dilma no dia do anúncio da “reforma” ministerial

de Abreu Dallari, com o artigo 85 da Constituição que estabelece claramente “não é competência do TSE decidir sobre cassação”.

No dia seguinte, foi a vez do Tribunal de Contas da União (TCU), um antro de “políticos fracassados”, nas palavras de Joaquim Barbosa que, nesse caso, sabe o que está falando. Por unanimidade, e sob o comando do relator Augusto Nardes, que já antecipara o seu voto, quando só poderia falar nos autos, como quem faz propaganda política, o TCU rejeitou as contas de 2014 da presidente Dilma. O argumento foi que o balanço apresentado pela União feriam, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com as chamadas pedaladas fiscais. É bom lembrar que tais “pedaladas” foram usadas em vários governos, e LRF foi introduzida na Constituição por exigência do FMI, no acordo feito pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. E os governos do PT, enquadrados pela política do superávit fiscal primário, a mantiveram.

Também é bom lembrar que Augusto Nardes, envolvido na Opera-

ção Zelotes, sob suspeita de envolvimento em fraude de anulação de dívidas fiscais, foi indicado para o TCU pelo não saudoso deputado Severino Cavalcanti.

Ou muda, ou muda!

Não há outra alternativa. Ou o governo muda de política, e em consequência, de parceiros, ou a situação só vai piorar.

A decisão do TCU segue agora para ser votada no Congresso, ou seja, a decisão está nas mãos dos mesmos que em dois dias seguidos impuseram uma derrota a Dilma.

Entre os prédios do Congresso e do Judiciário, desde a posse, está o povo que reelegera Dilma e saiu às ruas para cobrar o mandato. Golpeado com o plano de ajuste e as manobras palacianas contraditórias com o mandato popular, o que ele vê é ganhar robustez os setores derrotados. Urge mudar de política e dar fôlego aos que realmente podem fazer frente a essa ofensiva: os 54 milhões que votam no PT.

Misa Boito

O PMDB NA TV

Para que não pare dúvida, no dia 24 de setembro, o programa do PMDB em rede nacional, desde a abertura, deu a dica: “é hora de deixar o estrelismo de lado”. Para qualquer um, a alusão é clara: a estrela de que se fala, é a referência ao PT. Exagero?

Como quem não tem nada a ver com o governo – e o programa foi ao ar no curso das negociações que engordam a presença do partido nos ministérios – o PMDB se apresentou como o único partido “capaz de reunificar o país”. Permeado de frases claramente dirigidas ao governo, como “falar a verdade, reconhecer erros”, o programa foi aberto e fechado pelo vice-presidente Michel Temer, que lembrou sua trajetória pública para se apresentar com candidato a reunificar o país.

Por fim, seria cômico, não fosse trágico, a fala de Eduardo Cunha no programa. Conhecido por seus projetos retrógrados e sua condução na presidência da Câmara, marcada por sucessivos atropelos, Cunha disse “eu acredito na democracia”.

Notas

Desapropriação 1

No final de setembro, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), assinou decreto de desapropriação, para assentar famílias sem terra, de três fazendas, emblemáticas na luta pela reforma agrária no estado. Uma delas, a fazenda

Ariadnópolis, é alvo de disputa há 15 anos. Para o estado assumir a responsabilidade de desapropriação, no lugar do INCRA, a área foi declarada de interesse social. O governo de Minas comprometeu-se também a dar condições de infraestrutura, cultivo e comercialização aos assentamentos.

Desapropriação 2

Também foi desapropriada a Fazenda Nova Alegria, onde ocorreu, há 11 anos, o assassinato de cinco integrantes do MST, no acampamento Terra Prometida que ficou conhecido como a chacina de Felisburgo, nome do município onde ela se localiza. A

chacina, que também deixou uma criança baleada no olho, ocorreu em novembro de 2004, quando pistoleiros invadiram o acampamento atirando e queimando os barracos. Por decreto de Pimentel, os 1.288 hectares da fazenda serão agora entregues às famílias sem terra.

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



MAIS DO QUE NUNCA, É PRECISO DEFENDER O PT

Em meio ao fogo cerrado contra o PT, o Diálogo e Ação Petista (DAP) chama todos os militantes a agir em defesa do partido. E em defesa do mandato popular, o que exige a mudança radical da política econômica. O PT de volta para os trabalhadores, como propõe o manifesto encabeçado pelos dirigentes petistas da CUT. Daí, a importância de um encontro nacional de sindicalistas do PT ainda este ano, como estão concluindo várias reuniões organizadas, com o apoio do DAP, para discutir o manifesto.

Publicamos relatos de algumas dessas atividades, enviados por nossos correspondentes.

JOÃO PESSOA: DEBATE EM DEFESA DO PARTIDO

“Precisamos de uma direção que defenda o PT”



26/09 Reunião em João Pessoa

Mais de 30 militantes da Grande João Pessoa e de Campina Grande reuniram-se no dia 26 de setembro no auditório do Sinttel (sindicato dos trabalhadores em telecomunicações), para o debate “Diagnóstico da conjuntura para defender o PT”. Iniciativa do Diálogo e Ação Petista, o debate contou com a presença, como debatedores, do presidente da CUT-PB, Paulo Marcelo, e do deputado federal Luiz Couto. Participaram sindicalistas, militantes com muito tempo de casa e simpatizantes.

O companheiro Fernando Cunha abriu o debate, relatando que o DAP já promoveu dois encontros em João Pessoa para discutir os rumos do PT e como defendê-lo. Falou do manifesto encabeçado pelos 31 membros petistas da direção nacional da CUT (“O PT de volta para a classe trabalhadora”) e da moção que pede a realização de um encontro nacional de sindicalistas do PT, já aprovada em várias reuniões pelo país.

“Há um sentimento de angústia na população. Quando ganhamos as eleições, pensamos ter o governo e a festa foi memorável”, disse Paulo Marcelo. “A base está desorientada. A crise é da direção, que só busca os movimentos em época de eleição”. Paulo Marcelo disse que “não fizemos as reformas necessárias. Os governos Lula e Dilma conseguiram fazer alguma coisa, mas o controle está

nas mãos de 0,8% da população. Na crise, os capitalistas ganham mais, já os trabalhadores pagam tudo”.

“Precisamos de uma direção que enfrente a crise e que vá à televisão defender o partido. A defesa do partido é um desafio”, concluiu o presidente estadual da CUT.

O deputado federal Luiz Couto, por sua vez, afirmou que “o PT adormeceu de 15 anos para cá. Precisa acordar. Só pensa em eleição. Não enfrenta as oligarquias. Na comunicação nada aconteceu”. E completou: “O PT precisa aprender que política de alianças se faz em cima de programa. Perdemos o diálogo ideológico”.

Muitos militantes tomaram a palavra, expressando ideias e sentimentos semelhantes, como Roselina, que disse: “Sentimos que é uma verdadeira caça às bruxas. Ninguém defende o PT”. Ou Elias, para quem “o destino do PT será decidido não pela direção, e sim pela militância”.

Ao final do debate, foi lida e aprovada uma moção, dirigida aos 31 membros da CUT que encabeçam o Manifesto dos Sindicalistas, pela realização de um encontro nacional de sindicalistas do PT.

Foi aprovada também a participação no ato de 3 de outubro no porto de Cabedelo, em defesa da Petrobras, do pré-sal e da permanência do porto na atividade petrolífera.

CRÍTICAS E DISPOSIÇÃO DE COMBATE

Atividade em Porto Alegre reafirma luta contra política de ajuste

Cerca de 30 militantes, na maioria sindicalistas, reuniram-se no dia 24 de outubro, no auditório do Sindicato dos Servidores Federais-RS, para debater a conjuntura e a preparação do Concut. Estavam presentes Júlio Turra, da Executiva Nacional da CUT, e Sérgio Ronaldo, secretário-geral da Confederação Nacional dos Servidores Federais, que fizeram as exposições iniciais.

Muitos militantes falaram a seguir, sobre a política seguida pelo governo Dilma, oposta ao programa que a elegeu, a paralisia da direção do PT e o lugar de destaque que a CUT vem ocupando desde o início do ano, na resistência à ofensiva do mercado financeiro.

Os militantes avaliaram o difícil momen-

to para quem está na luta por direitos ameaçados pela política de ajuste de Levy, mas mostraram disposição de continuar o combate e derrotar essa política.

Ao final, foi aprovada, por unanimidade, uma moção, dirigida aos 31 membros da atual executiva nacional da CUT, que encabeçam o manifesto, dos Sindicalistas Cutistas e Petistas ao 5º Congresso do PT, para que se empenhem na convocação de um encontro nacional de sindicalistas do PT ainda esse ano.

Animados com a discussão, vários dos presentes se comprometeram a fazer reuniões com sindicalistas para ampliar as moções e ajudar a construção de grupos de base do Diálogo e Ação Petista.

“TEMOS QUE TOMAR AS RÉDEAS DO PARTIDO”

Debate em Diadema (ABC paulista) também apóia encontro de sindicalistas



2/10 Reunião na sede do PT em Diadema

Jair Meneguelli, fundador e primeiro presidente da CUT, e Júlio Turra, da Executiva nacional da Central, abriram o debate em Diadema, na sede do PT, dia 2 de outubro, intitulado “O PT de volta para os trabalhadores”, título do Manifesto dos Sindicalistas distribuído no 5º Congresso do PT. Cerca de 30 sindicalistas e militantes da região estiveram presentes.

Turra explicou como nasceu o manifesto. Meneguelli, em sua intervenção disse que “tanto o PT quanto a CUT entenderam errado o que significava chegar ao gover-

no”. “Na Constituinte de 88, reduzimos a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais, e em 12 anos de governo não conseguimos reduzir uma hora sequer”.

Os militantes presentes enfocaram diversos pontos como a apatia da direção partidária, que não defende o partido diante dos ataques da Operação Lava-Jato. “É urgente abandonar esse programa de governo”, disse Neno, presidente do Sindema. Já para a Professora Gilnair (CUT-SP), “temos de tomar as rédeas do partido”. Jandira Uehara, da Executiva nacional da CUT, registrou ser a única sindicalista dos 81 membros do Diretório Nacional do PT.

Ao final foi aprovada a moção pela realização do encontro de sindicalistas petistas, dirigida aos encabeçadores do manifesto dos sindicalistas por um encontro nacional de sindicalistas do PT neste ano.

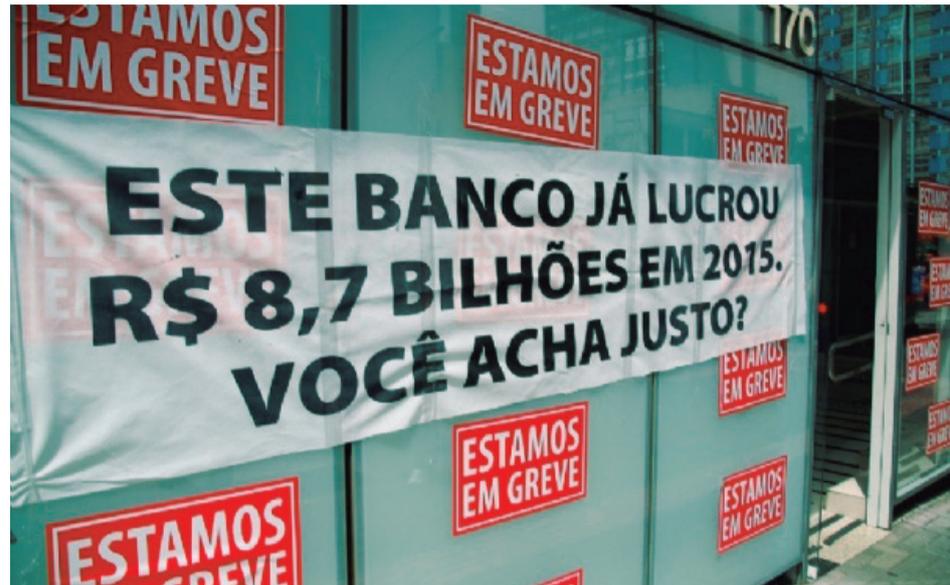
Greve nacional dos bancários começa forte

Contraf-CUT adotou o lema “Exploração não tem perdão”

No fechamento desta edição, a greve nacional dos bancários entrava em seu terceiro dia com a paralisação de quase nove mil agências (cerca de 40% do total) em todo o país.

Os 143 sindicatos que formam o Comando nacional dos bancários, coordenado pela direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), representam 95% da categoria (total de 490 mil bancários).

Os bancos que sempre tiveram lucros fabulosos, constituem o setor mais beneficiado pela política de altas taxas de juros praticada pelo Banco Central, no quadro do “ajuste fiscal” pilotado pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy (ele próprio um homem dos bancos). Mas, nadando em bilhões, ofereceram aos bancários um reajuste inferior à inflação do período – 5,5% contra 9,68% – e querem ainda retomar a política de abonos, que os sindicatos já haviam enterrado desde o final do governo FHC em 2002.



Por seu lado, os bancários exigem reajuste de 16% nos salários, além de piso de R\$ 3.299,66 (salário mínimo do Dieese em junho), fim de metas abusivas e assédio moral, fim das demissões e novas contratações, combate às terceirizações (PLC 30 que está no Senado), dentre outras reivindicações.

“Bancários indignados”

Os bancos públicos seguem a mesma política da Fenaban (Federação Brasileira de Bancos) que é controlada pelos banqueiros privados, o que engaja a responsabilidade do governo federal – que é quem nomeia a direção do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal

– de negar ganhos reais aos salários e tentar reintroduzir abonos que não são incorporados aos salários e aos direitos (13º, férias, aposentadoria etc).

Segundo o presidente da Contraf-CUT, Beto von der Osten, “Os bancários ficaram ainda mais indignados com a divulgação, pela imprensa, da correção de salários e com o tamanho da remuneração dos altos executivos dos bancos”.

A greve nacional bancária ocorre num momento em que outras categorias importantes, como metalúrgicos e petroleiros, também estão em campanha salarial e se chocam com a política de rebaixamento salarial pretendida pelos patrões a pretexto da crise e do apoio ao “ajuste fiscal”. A unificação dessas campanhas, com atividades comuns, apoio mútuo na organização de greves e mobilizações, reforçará a pressão contra a intransigência patronal e ajudará a criar um movimento do conjunto da classe trabalhadora em defesa dos empregos e salários e contra a atual política econômica de arrocho e recessão.

Termina a greve nos Correios

Ouvimos Evaldo Filho, ecetista da CUT-SC

Iniciada em 15 de setembro, a greve nos Correios (ECT) foi encerrada em assembleias realizadas nos diversos estados no dia 28. A federação nacional filiada à CUT, Fentect, reúne 16 sindicatos, mas os maiores dentre eles, os de São Paulo e Rio de Janeiro, são filiados à CTB, existindo ainda a presença de sindicatos filiados à Conlutas na categoria.

Ouvimos o membro da executiva da CUT-SC, Evaldo Filho, trabalhador nos Correios que é uma das lideranças da oposição cutista naquele estado e que, ao lado de outros companheiros, anima o boletim “Em defesa da Fentect independente e de luta”.

“O nosso movimento grevista ganhou força em todo país mostrando que os trabalhadores não aceitarão a proposta recessiva com retirada de direitos (em especial nosso plano de saúde). Infelizmente companheiros da direção da Fentect chegaram a propor que os sindicatos assinassem acordos individualmente. Um erro, que além de desrespeitar os nossos estatutos (acordo deve ser aprovado por 2/3 dos sindicatos), estava na contramão do calendário unificado adotado neste ano pela Federação e os sindicatos de São Paulo e Rio.

Apesar desse vacilo do setor majoritário da direção da Fentect, a greve



arrancou a manutenção do plano de saúde e melhorias sociais e econômicas (reajuste linear), bem como o não desconto dos dias parados, que serão compensados no prazo de 90 dias.

A ECT, diante da greve, recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que via de regra atua parcialmente a favor da empresa. Nesse quadro, propusemos nas assembleias de 28 de setembro a suspensão da greve e a aceitação da proposta acordada, mantendo um estado de alerta em torno da discussão na comissão que foi criada para o plano de saúde.

A principal lição é que não podemos vacilar em garantir o caráter unitário e nacional da campanha salarial nos Correios, fortalecendo a Fentect-CUT como representação nacional da categoria, agindo de forma independente da direção da ECT e em sintonia com as assembleias de base dos sindicatos filiados”.

Volta a ameaça do “negociado sobre o legislado”

Emendas na MP 680 do PPE introduzem esse ataque a direitos

A CUT e os sindicatos devem entrar em alerta, pois na tramitação da Medida Provisória 680, negociada com o governo federal pelos metalúrgicos da CUT (CNM), que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE, redução de jornada com redução de salário), parlamentares ligados aos patrões introduziram emenda que estabelece que “o negociado deve prevalecer sobre a lei”.

Conhecendo-se a composição do Congresso, amplamente favorável aos interesses dos capitalistas, esse risco existia. Agora é uma ameaça real!

Em 1º de outubro foi aprovado o relatório do deputado Daniel Vilela (PMDB-GO) na Comissão mista da MP 680 com os artigos 11 e 12 estabelecendo que “a negociação em acordo coletivo prevalece sobre o estabelecido em lei”. O presidente do sindicato dos metalúrgicos do ABC, defensor do PPE, Rafael Marques repudiou a emenda dizendo ao site da CUT que “essa alteração visa aproveitar do programa para fazer passar uma reforma de forma atropelada, sem debate”.

Barrar um ataque em regra aos direitos

O senador Lindbergh (PT-RJ), em artigo publicado na Revista Fórum (08/10)

com o título “Golpe na CLT”, afirma: “Não podemos admitir que os setores empresariais aproveitem a crise política para impor seu programa e jogar a crise sobre os ombros dos trabalhadores”. Ao analisar o “contrabando” introduzido na MP 680, o senador sublinha que “os acordos coletivos entre as empresas e os sindicatos, que não estão regulamentados, passam a prevalecer e a CLT não será mais aplicada nesses casos”, alertando que sindicatos “dirigidos por pelegos estariam dispostos a trocar os direitos da categoria por benefícios escusos dos patrões”.

O fato é que a MP 680, agora com a emenda que subordina direitos adquiridos a negociações entre as partes, já está na fila para ser votada no plenário da Câmara. Dirigentes da CUT, em Brasília, buscam apoio de deputados e senadores para derrubar os artigos 11 e 12, mas será preciso uma grande mobilização e pressão para evitar esse ataque maior ao conjunto dos direitos trabalhistas consagrados na CLT. Mais um desafio para o próximo congresso nacional da CUT!

Lauro Fagundes

O dia 3 de outubro da Frente Brasil Popular

Situação coloca a necessidade da mobilização popular, mas atos ficaram aquém do esperado

Em 3 de outubro, em capitais e cidades de todo o país, ocorreram atos impulsionados pela Frente Brasil Popular (FBP), “em defesa da democracia, da Petrobras e contra a política de ajuste fiscal”. O dia também marcou o aniversário de 62 anos da Petrobras.

Essa foi a primeira ação da FBP, lançada no último dia 5 de setembro. Os atos reuniram, no total, 15 mil manifestantes em todo o país, sendo o maior ato em São Paulo, com cinco mil. Resultado aquém do esperado, ainda mais se considerado o grave momento do país, marcado pela sanha golpista da direita, pela recessão econômica que vem sendo imposta pelo ajuste fiscal e pelo interesse do mercado em saquear a Petrobras, via espetáculo de mídia da chamada “operação Lava Jato”.

A explicação para o esvaziamento dos atos passa pelo fato de que, além dos ataques da direita à Dilma e ao PT, o momento também é de dificuldade de

mobilização pelos sindicatos e partidos.

De um lado, reflexo da situação das greves e acordos recuados - diferente do 1º semestre - e de outro, reflexo do impasse que paralisa a resistência ao ajuste: as lutas não mudam o rumo do governo, e o PCdoB e setores da cúpula do PT, travam as mobilizações ao oporem a defesa do mandato popular à luta contra o ajuste fiscal.

Enquanto isso, o Governo aprofunda a política econômica que penaliza a população, com desemprego, cortes nas verbas dos serviços públicos e ataques aos direitos dos trabalhadores. Um dos cartazes no ato de São Paulo traduz o sentimento geral: “Dilma, me ajude a te ajudar. Cadê a Dilma que elegi?” (foto)

Presentes nos atos com as colunas do Diálogo e Ação Petista (DAP), os militantes de O Trabalho enviaram relatos das atividades que reproduzimos abaixo.

Rio de Janeiro: ato aconteceu dia 02/10 na Candelária, reunindo cerca de 500 presentes. No carro de som, a defesa da democracia sem crítica ao ajuste fiscal. O PCdoB dirigiu o ato. Luiz Sérgio (PT), Damous (PT) e Robson Leite (PT) não mencionaram o ataque ao Partido através da prisão de Vaccari. O DAP participou do ato, colocando a questão da defesa do mandato popular e o combate ao Plano Levy. Zé Maria, dirigente da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT) levantou a palavra de ordem da Greve Geral e reforçou a luta em defesa da Petrobras. Apoiado na faixa do DAP, o presidente da CUT estadual, Marcelinho, mandou avisar que “vamos esticar faixas contra Levy. Vamos combater esse Plano Econômico que ataca os trabalhadores! Não há qualquer possibilidade de aliança entre os trabalhadores e a burguesia”.

Recife: ato entre 500 e 700 participantes, a maioria era de sindicatos cutistas, com destaque para a coluna dos petroleiros. Correspondente do Jornal O

Trabalho, fez entrevistas. Carlos Veras, presidente da CUT-PE, declarou a O Trabalho que ato foi organizado “com assembleias nas bases, Plenárias Sindicais, Mobilizações em portas de fábricas”. Marco Aurélio, coordenador-geral do Sindipetro-PE/PB, disse que “Na época da criação da Petrobras, havia o discurso que pregava que era impossível ter uma empresa brasileira que explorasse petróleo. Um discurso parecido se repete hoje, quando alguns defendem que o Brasil não é capaz de garantir a exploração do Pré-sal, através da Petrobrás!”.

Salvador: cerca de 2 mil pessoas foram às ruas. O Comitê Estadual do DAP e seus núcleos de base cantaram palavras de ordem centradas na defesa da Petrobrás e do Pré-Sal como patrimônio dos trabalhadores e do país e da mudança da política econômica: “Fora Renan, fora Levy, eu quero a Dilma que elegi!” e “Pula, sai do chão, o Pré-Sal é da nação!”.

Fortaleza: ato com 2 mil pessoas. Marcha percorreu o centro da cidade. Maioria dos oradores silenciou sobre



São Paulo

ajuste e enfatizou a defesa de Dilma e da Petrobras. Sindipetro presente não tomou a palavra. DAP esteve presente e falou contra o ajuste, em defesa do mandato popular.

João Pessoa: ato na cidade da Grande João Pessoa, Cabedelo, reuniu 300. Local é porto que recebe combustível da Petrobras, ameaçado de fechar e transferir para Suape (PE). DAP esteve presente com faixa e fala no carro de som.

Belo Horizonte: cerca de 400 pessoas no ato. No geral, os oradores (PCdoB, deputados do PT, MST e sindicatos, como CUT e CTB) defenderam a Petrobras, falaram contra golpe e a defesa de direitos. Ninguém falou contra as medidas de ajuste fiscal. Nome Levy sequer pronunciado, a não ser na faixa do DAP. No começo do ato, viu-se duas bandeiras do PT que não seguiram até fim. Petistas, aderentes do DAP estiveram presentes.

São Paulo: ato com 5 mil manifestantes. O DAP participou do ato com faixa e vários “pirulitos”. No carro de som, Vagner Freitas, pela CUT, disse: “Não aceitaremos golpe. A Frente Brasil Popular vem para unificar os movimentos sociais no discurso, nas indignações e organizar as nossas lutas” e acrescentou “Não é a do [Joaquim] Levy, não é a dos cortes, nem do ajuste, mas uma política voltada para o desenvolvimento do Brasil e do povo brasileiro”. Raimundo Bonfim, pela Central de Movimentos Populares (CMP): “Em vários locais, os movimentos de moradia e sem-teto estão nas mobilizações. Até porque não podemos deixar de lutar para que o ajuste fiscal não recaia sobre os trabalhadores e sobre as conquistas sociais, como o Minha Casa Minha

Vida”. Cibele Vieira, pelo Sindipetro e CUT-SP: “Por mais que estejam tentando há um ano e meio jogar maciçamente a população contra a Petrobras, o povo não confunde as coisas. As pessoas são contra a corrupção, querem que o dinheiro seja devolvido à empresa e ao povo brasileiro. Mas ninguém confunde isso com privatizar”. Paulo Teixeira (PT): “Eles querem retirar, num golpe, a presidenta legalmente eleita e nós estamos nas ruas em defesa da democracia”. O PT praticamente sumiu e não falou no ato final. Foram distribuídos convites para debate dos sindicalistas convocado pelo DAP-SP no dia 13/10.

Porto Alegre: 800 presentes. Claudir, presidente da CUT/RS, tomou distância do governo, falando das reivindicações, do desmonte da Petrobrás. Oradores do PT (DS), entorno de Raul Pont, dizem que o problema é a “falta participação popular no governo Dilma”. DAP distribuiu panfletos.



Belo Horizonte

Ocorreram também atos com número menor de manifestantes em Florianópolis, Joinville, Ribeirão Preto, Maceió, Goiânia, Curitiba, Cuiabá, Rio Grande do Norte, Sergipe, Porto Velho, DF e Belém, além de outras cidades.



Recife

Em dez meses de ajuste, a situação é alarmante

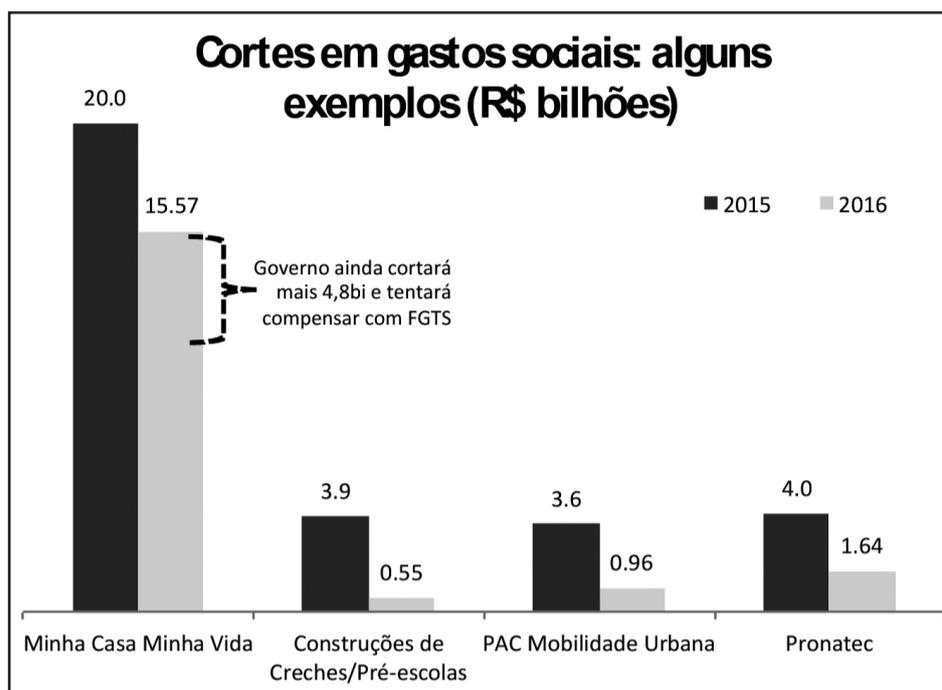
E só vai piorar se essa política econômica não for interrompida

Mais de 1,1 milhões de postos de trabalho com carteira assinada foram destruídos nos últimos 12 meses, segundo dados do Ministério do Trabalho/Caged. Quase metade disso se deu na indústria de transformação que experimenta o pior o desempenho dos últimos 20 anos.

A construção civil é o segundo setor em termos de perdas de postos de trabalho: este foi o mês de agosto em que mais se destruiu postos desde 1992. A taxa de desemprego cresce mês após mês atingindo em agosto 8,3%.

Como a economia está numa dinâmica recessiva, as previsões indicam que o desemprego seguirá subindo por todo o próximo ano. Os cortes nos gastos públicos, a forte queda de investimentos da Petrobras e a alta dos juros, estão fazendo os investimentos empresariais (e com eles, os empregos) despencarem. Para piorar, a indústria -- o setor que sempre gera os maiores efeitos em cadeia sobre o resto da economia -- é a que mais se enfraquece.

Ademais, a alta no desemprego fragiliza o poder de barganha dos sindicatos e tem levado a renda dos trabalhadores, bem como a massa de seus salários caírem (2% e 3% respectivamente apenas neste 1º semestre). Isso, por sua vez derruba o consumo das empresas e, por isso, cai mais ainda o interesse dos empresários em investir na produção. Tal ciclo vicioso perdurará até 2018, se o atual ajuste não for imediatamente revertido.



Corte em gastos sociais

Mas o governo insiste no erro e está tratando de reduzir em R\$ 29,4 bilhões os gastos sociais no orçamento de 2016 em relação ao deste ano. Todos os programas sociais serão cortados, exceto a Bolsa Família e o Fies (financiamento às mensalidades nas escolas privadas). No final de agosto, Levy já havia enviado ao Congresso uma proposta de orçamento para o ano que vem com fortes cortes -- que apenas nos programas sociais representam R\$ 17 bilhões.

Mesmo com tudo isso, tal proposta ficava ainda deficitária em R\$ 30,5 bilhões simplesmente por que as arrecadações com impostos haviam

caído muito mais do que os cortes propostos -- devido à alta dos juros, à recessão e ao desemprego deste ano, gerados pelo próprio ajuste de Levy!

Assim, desde setembro, o governo está tratando de elevar impostos e achar novos cortes, que devem chegar a R\$ 12,4 bilhões: a serem retirados diretamente do programa Minha Casa Minha Vida, do PAC Mobilidade Urbana e de gastos com Saúde. Como se tratam de áreas já fortemente cortadas na proposta de agosto ou de gastos obrigatórios, o governo tentará usar verbas do FGTS e das emendas parlamentares para compensar tais cortes.

Todos esses cortes -- junto com

outros que atingem os servidores públicos e várias outras áreas -- mais os aumentos de impostos servirão para o governo garantir que sejam pagos R\$ 34,44 bilhões de juros da dívida. Ou seja, para fazer o superávit fiscal primário.

Saúde em Colapso

Um pouco antes de ser demitido por Dilma na semana passada, para entregar o Ministério da Saúde ao PMDB, o ex-ministro da Saúde Arthur Chioro revelou que os cortes de verbas atuais levarão o atendimento público de saúde a "entrar em colapso: com o orçamento proposto pelo governo, os recursos para pagar despesas hospitalares, ambulância e atendimentos médicos chegarão ao fim em setembro de 2016. Uma situação nunca vivida pelo SUS nos seus 25 anos".

"Samus, hospitais, prontos-socorros, transplantes, serviços de hemodiálise, serviços de análises clínicas não terão recursos para funcionar. O orçamento de 2016 mostra a necessidade de se lastrear R\$ 9 bilhões para média e alta complexidade, equivalente a 10% do orçamento reservado para a pasta".

Chioro foi substituído por Marcelo Castro, do PMDB, dono de empreiteira envolvida em licitações irregulares e que teve um terço de sua campanha financiada por laboratórios e planos de saúde...

A favor do capital, contra os assalariados

Fundação Perseu Abramo faz duras críticas à política sob comando de Levy

No dia 28 de agosto foi lançado, pela Fundação Perseu Abramo (ligada ao PT), em parceria com outras entidades, o documento "Por um Brasil justo e democrático". Escrito por economistas eleitores de Dilma (Márcio Pochman, Luiz G. Belluzzo etc.), o texto sugere "um projeto de país democrático, com inclusão social, distribuição de renda" e alerta que "o ajuste regressivo em curso caminha na direção contrária ao pretender implantar agendas de redução de programas sociais e direitos".

O documento tem um grande mérito, mas também uma fraqueza.

Faz uma apreciação correta com duras críticas à política de ajuste do ministro Levy no governo Dilma. Mas as conclusões falham em apontar alternativas à ditadura financeira que denuncia. Ao invés de advogar o fim do superávit primário, por exemplo, sugere metas "mais suaves", tentando

se acomodar à "mercado" mundial.

O texto afirma que, depois da década privatista dos 1990, o país volta a crescer nos governos do PT, não apenas devido às condições internacionais favoráveis às exportações mas, sobretudo, em decorrência dos incentivos ao consumo -- com "melhora dos indicadores de distribuição da renda do trabalho, mobilidade social e redução da miséria extrema".

Não menciona o fato de que nenhuma mudança estrutural (reforma agrária, urbana, política ou reestatização) foi sequer tentada. O que tem a ver com a defesa que faz da Constituição de 1988. É verdade que hoje a reação quer "flexibilizar" conquistas constitucionais. Mas nem por isso esquecemos que a Constituição de 88 não resolveu os problemas da nação, as reformas que não foram feitas.

Ela reconheceu alguns direitos sem dar-lhes os meios, mas não reco-

nheceu outros. E na questão chave do endividamento deixou o sistema intacto, como a grande propriedade no campo etc. Por isso, desde de 2013 a luta pela Constituinte voltou com tanta força.

Por outro lado, a crise de 2008 é apresentada quase que de passagem, como uma crise financeira e de crédito, quando de fato reflete a crise do capital internacional derivada da queda na lucratividade produtiva.

Embora o documento explique que os problemas brasileiros advêm da crise internacional, negligencia aquele que deve ser seu principal canal de transmissão: a baixa lucratividade empresarial. Foi o que levou à queda nos investimentos nos últimos anos, a despeito das isenções tributárias, concessões etc.

O texto, em todo o caso, critica tais isenções e ataca a farsa do atual ajuste: fabricaram-se "crises" fiscal e

inflacionária (inexistentes até o ano passado), apenas para "preservar a riqueza financeira e promover mudanças na correlação de forças entre capital e trabalho, em detrimento dos assalariados".

O documento quer reverter isso com fortes cortes nos juros, regulação no câmbio (ainda que não mencione o necessário controle de capitais) e elevações nos gastos públicos. Mas, contraditoriamente, aceita manter metas de superávit fiscal suavizadas, com "bandas e prazos mais amplos".

O documento ajuda a destravar o debate. No dia seguinte ao seu lançamento, o ministro Levy, incomodado, disse que "não adianta tentar criar cizânia em torno do ajuste". "Tem que cortar sabendo as mudanças profundas que certas economias vão requerer".

Alberto Handfas

O que está em jogo no 12º Congresso nacional da CUT?

Entrevista com Julio Turra, membro da Executiva nacional da central



Julio Turra

De 13 a 16 de outubro ocorre o 12º Congresso nacional da CUT (CONCUT) em São Paulo. Com mais de 2 mil delegados de todo o país, o congresso se dá numa conjuntura difícil de crise política e econômica que traz ameaças aos direitos, empregos e salários dos trabalhadores.

Ouvimos Julio Turra, da Executiva nacional da CUT, sobre os desafios colocados para esse congresso.

O Trabalho: Como vê a realização do 12º CONCUT?

Julio Turra: O CONCUT será um momento fundamental de organização da luta da classe trabalhadora na conjuntura de aguda crise política e econômica que vivemos. Há previsões que poderemos fechar o ano com 1 milhão de postos de trabalho perdidos, nas negociações salariais os patrões chegam a "oferecer" metade da inflação, os governadores e prefeitos, alegando as exigências do "ajuste" vindas de Brasília, arrocham salários e benefícios de servidores. Ao mesmo tempo ocorre a resistência da classe em greves e mobilizações que buscam uma centralização.

Como a CUT foi o eixo que permitiu a organização da resistência contra a ofensiva da direita e para exigir do governo Dilma a mudança da política de "ajuste fiscal", englobando movimentos populares e

da juventude, os resultados de seu congresso influenciarão inclusive os rumos da Frente Brasil Popular, lançada em Belo Horizonte em 5 de setembro.

OT: Que balanço você faz do mandato da direção da CUT que se encerra no congresso?

JT: Eleita em julho de 2012, o primeiro teste da direção foi nas jornadas de junho de 2013. A CUT, com outras centrais, chamou a mobilização nacional de 11 de julho, levantando uma plataforma de reivindicações dos trabalhadores, buscando imprimir um caráter de classe num cenário marcado pelas múltiplas demandas e inclusive manipulações sobre atos de junho.

Tendo apoiado a proposta de Constituinte para a reforma política feita por Dilma em agosto, e depois retirada, a CUT engajou-se ao longo de 2014 na realização do Plebiscito Popular Constituinte, que em setembro alcançou quase 8 milhões de votos e incidiu na campanha eleitoral. Nas eleições em que Dilma derrotou Aécio num 2º turno renhido e polarizado, o engajamento da militância da CUT e dos movimentos populares foi decisivo para a reeleição da candidata do PT.

Já em 2015, diante do impacto negativo das primeiras medidas do governo Dilma, como a política econômica do banqueiro Levy, na contramão do mandato popular dado por 54 milhões de brasileiros, a CUT jogou papel central em sucessivas mobilizações que, a partir de 13 de março, disputaram as ruas com a direita e a oposição golpista que se sentiam fortalecidas. Papel que a CUT foi capaz de jogar por ter mantido independência diante do governo e a autonomia diante do PT – partido da maioria dos dirigentes cutistas – que está paralisado por uma crise profunda.

Nessas circunstâncias, o balanço global da ação da direção da CUT no período é positivo, o que custou muito debate interno, confronto de posições por vezes contraditórias, sob pressão de uma crise política e econômica acelerada. O maior desafio é o de prolongar o papel positivo que a CUT jogou no próximo mandato, num cenário que segue difícil para os interesses da classe trabalhadora e da nação brasileira.



Durante o 1º semestre, a CUT foi protagonista na luta contra o ajuste fiscal

"No próximo mandato, prolongar o papel positivo que a CUT jogou"

OT: Quais serão os temas centrais e principais polêmicas do CONCUT?

JT: O principal é tirar os ensinamentos do processo intenso de luta de classes que vivemos. Processo que tem como pano de fundo a pressão do imperialismo, dos EUA em particular, através da guerra e pilhagem dos povos, utilizando-se de tratados de livre comércio, como o recente TPP (acordo Trans-Pacífico), para romper barreiras aos negócios das grandes multinacionais.

O combate ao ajuste fiscal de Levy é central, inclusive para que sejam derrotadas as forças reacionárias que se aproveitam da corrosão da base popular de Dilma que é fruto dessa política de cortes nos investimentos públicos, recessão e desemprego. É preciso discutir propostas emergenciais – redução dos juros, controle do câmbio, defesa da produção nacional, dos salários e empregos para fortalecer o mercado interno – opostas à atual política econômica do governo.

A unificação das lutas e campanhas salariais do 2º semestre (bancários, metalúrgicos, petroleiros), combinada com a batalha contra a terceirização ilimitada, que está agora no Senado (PLC 30), colocam a discussão da construção da greve geral na pauta do CONCUT.

Diante da crise institucional, a CUT deve reafirmar a proposta de Consti-

tuinte para a reforma política, para aprofundar a democracia e abrir terreno às reformas populares (agrária, urbana, tributária, democratização da mídia etc).

Haverá polêmicas, em particular sobre o Plano de Proteção ao Emprego (PPE), iniciativa do ramo metalúrgico da central, que, em nome da defesa do emprego, promove a redução de jornada de trabalho com redução de salários.

A Medida Provisória 680 do governo que traz a proposta de PPE, ao chegar ao Congresso, recebeu emendas de parlamentares ligados aos patrões para reintroduzir a proposta de que "o negociado prevaleça sobre o legislado", o que significaria um ataque em regra ao conjunto dos direitos trabalhistas e como tal deve ser combatido. A extensão do mandato das direções nacional e estaduais para 4 anos também foi questionada em congressos estaduais, em favor da manutenção dos atuais 3 anos.

OT: E quanto à nova direção, há novidades?

JT: Tudo indica que haverá chapa única, contemplando as diferentes forças cutistas e ramos da central, com uma ampliação de membros da Executiva nacional dos atuais 32 para 44 membros. O que reflete o grau de unidade que marcou a intervenção da CUT na conjuntura recente.

Lula na Executiva do PT

“Que essa reunião seja um marco da retomada” (Rui Falcão). Será?

Pode ser chocante, mas é um fato raro. Lula na reunião da Comissão Executiva Nacional (CEN) do partido não acontecia há muito tempo. Mesmo ao Diretório Nacional, depois de sua eleição em 2002, o ex-presidente só voltou em 2013 para uma fala de saudação. Numa reunião de trabalho da CEN, não vinha desde antes de 2002.

Mas sinal dos tempos - a crise é grande!-, oficialmente a pedido da CEN, ele veio no último dia 30 de setembro, e ficou de voltar ao DN do fim de outubro. Fato em si positivo, para um partido que precisa de coesão para se defender, o próprio Lula estando hoje ameaçado pela Lava Jato.

Convidado, Lula chegou dizendo que queria ouvir. Falou uma hora e meia.

“Partido desconectado”

O debate que se seguiu revelou elementos de consciência da situação entre as lideranças.

“É o momento mais difícil em 35 anos”. “Todos partidos, sem exceção, querem a extinção do PT”. “As pesquisas são muito ruins, vai tomar tempo para recuperar”. “Jogamos fora 90% dos 52% dos votos do 2o turno, pois há 5 meses Dilma estacionou em 7%”. “O movimento sindical é extraordinário ao defender o governo nos congressos, com críticas internas leves. Dirigente sindical não pode ser correia de transmissão do governo, senão é pelego”.



Rui Falcão e Lula na reunião da Executiva do PT

Ou ainda, “o partido está desconectado, não tem direção coletiva”. “Tem de fazer a defesa do PT, situação difícil, mas tem que enfrentar o debate”. “Não basta defender nossa história, tem que apresentar mudanças reais”.

Tudo isso, mas também cabe registrar elementos de inconsciência grave. “Precisa juntar com o ‘novo’, o novo são os congressos da Juventude do PT em mais de 1.000 municípios” - a direção sabe a realidade esvaziada da JPT. Ou ainda, “nada é mais importante do que o mandato” - como se fosse possível para um partido como o PT defendê-lo por cima desta política econômica.

“Coalizão de verdade”?

Haveria muito mais a registrar, fora o que não foi abordado. No limite deste artigo, contudo, vale destacar

dois aspectos da fala de Lula, pela responsabilidade que tem consciência de ter:

- “Como pode um dirigente defender essa política econômica, eu não discuto nomes, se o governo não der uma guinada para o crescimento?”. “Espero que Dilma saiba que não pode ficar com essa política econômica; se quiser ficar com Levy, que fique”.

Sem pedir a saída de Levy, como muitos no PT e na CUT, Lula parece sintonizado contra a “política econômica” (mas suas propostas não vão muito além do crédito consignado, crédito ao consumo, liberar o compulsório dos bancos, inclusive tomou distancia das propostas da Fundação Perseu Abramo - v. pág....).

- “Se Dilma construir uma maioria sólida, em um dia vota três ou quatro

coisas, depois teremos paz. A coalizão, agora, é de verdade, mais compromissada. Ela está fazendo agora (a reforma ministerial anunciada no dia seguinte), o que devia ter feito em novembro!”.

Ora, por aí, Lula indicou que o seu maior problema era a distribuição do ministério, as posições de mando etc. Foi, aliás, o que a imprensa disse sobre seu papel de orientador do novo ministério.

“O PMDB não vai nos salvar, Lula”

Da minha parte, sem pretender ser um sábio por isso, com convicção alertei sobre a reforma ministerial: “o PMDB não vai nos salvar, Lula, ele hoje veicula a elite que quer acabar com o PT”.

A minha conclusão principal, que submeto a todos petistas, é que com a gravidade da situação - mais 1 milhão de desempregados, esvaziamento do Minha Casa Minha Vida, da Farmácia Popular etc. tudo pelo superávit primário - estamos chegando ao limite com o governo. Uma situação à moda grega: no governo, o partido é arrastado a aplicar o ajuste e perder sua base social.

“Daqui a pouco, nem demitir Levy resolve mais, se não vier com medidas heróicas para o povo, tamanho é o desgaste”. “Tem que chegar na Dilma e falar claro: ou muda ela, ou mudamos nós!”.

Markus Sokol

Operação contra o PT

Lava Jato pretende retirar o partido do cenário político

Odeplorável episódio dos panfletos “petista bom é petista morto”, jogados durante o velório do companheiro Eduardo Dutra, falecido em 4 de outubro, não é algo isolado. É algo que vem sendo construído, desde a Ação Penal 470, para desmoralizar e destruir o PT, com a pecha de partido de ladrões. Sem reação da direção para fazer frente à ofensiva, que começou num julgamento fraudulento, a pecha se disseminou. Os petistas são atacados nas ruas, elevadores, filas de supermercado, restaurantes. E a cruzada anti-petista avança sob comando do juiz Sérgio Moro, da Operação Lava Jato, como comprova a condenação sem provas do companheiro Vaccari

que, enquanto tesoureiro do PT, arrecadou dinheiro das mesmas empresas, implicadas na Lava Jato, que contribuíram com os outros partidos, cujos tesoueiros não foram citados.

Um partido na ilegalidade”

Em artigo publicado na revista Carta Capital, sob o título “O golpe de mão do juiz Sergio Moro contra o PT”, a jornalista Maria Inês Nassif escreve: “Não é banal o movimento que fazem a Justiça e o Ministério Público paranaense para inviabilizar um partido político nacional, o PT (...) O absurdo jurídico de colocar um partido na ilegalidade pode ocorrer se o Ministério Público do Paraná pedir o indiciamento do PT, a pretext-

to de participação na Operação Lava Jato, e o juiz Sérgio Moro condenar o partido. Segundo matéria publicada pela Folha de S. Paulo, procuradores preparam a originalíssima peça, que respaldaria uma decisão judicial destinada a proscrever o PT. O instrumento da inviabilização seria a aplicação de uma multa próxima dos R\$ 200 milhões que um dos delatores da Operação diz que o partido recebeu de propina”.

De fato é isso que está em curso. E, depois das condenações injustas de José Genoíno, José Dirceu, João Paulo Cunha, Delúbio Soares e agora Vaccari, a operação segue sem parar.

O parecer favorável do procurador-geral da República, Rodrigo Janot,

encaminhado ao STF, para que o ex-presidente Lula seja ouvido como testemunha na Lava Jato é mais um passo dessa escalada. “Não há nada de objetivo, até o presente momento, que justifique uma ampliação perante o STF do escopo de pessoas investigadas. Isso não impede, entretanto, que as pessoas mencionadas pela Polícia Federal sejam ouvidas no presente inquérito, por ora, como testemunhas”, declarou Janot, os grifos são nossos.

E a direção do PT, vai deixar a situação chegar até onde, sem reagir – por exemplo, começando uma campanha pela libertação de Vaccari? Até quando não tiver mais volta?

Mobilização une trabalhadores árabes e judeus

Entrevista com Zahra, diretora do Sindicato dos Trabalhadores Árabes de Nazaré

Os trabalhadores dos centros telefônicos da região de Nazaré desenvolvem há semanas uma luta, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Árabes da mesma cidade. Eles querem ter reconhecido o seu direito a constituir comitês de trabalhadores sindicalizados e batalham pela reintegração dos que foram demitidos. Leia trechos de entrevista de uma diretora do sindicato, Zahra, publicada pelo jornal "Informações Operárias", do Partido Operário Independente (POI) da França.

Qual a situação atual da luta?

Zahra – Tivemos avanços importantes. Depois do combate no terreno jurídico, obtivemos o apoio da esmagadora maioria dos assalariados, que obrigaram a empresas a reconhecer o seu direito a constituir comitês de trabalhadores sindicalizados. Obrigamos as empresas a satisfazer uma parte de nossas reivindicações: não descontar dos salários o tempo de ida dos trabalhadores ao banheiro e pagar horas extras do trabalho realizado às sextas e sábados.

E quanto aos trabalhadores judeus que se juntaram à mobilização?

Zahra – Na luta, não há discriminação em termos de religião, sexo ou nacionalidade. Todos nós sofremos com a exploração e as más condições de trabalho. Os assalariados são árabes ou judeus. Os companheiros judeus estão convencidos de que o fato de se juntar à luta dos trabalhadores árabes permitirá melhorar suas condições de trabalho. Acreditamos que eles tenham a consciência de que a organização dos trabalhadores e sua unidade é o que pode permitir defender os direitos.

Quais são as principais dificuldades que vocês enfrentam?

Zahra – As empresas exerceram forte pressão sobre os funcionários para que não se juntassem aos comitês sindicais. Lançaram ameaças, a tal ponto que, no início, uma parte dos assalariados teve receio de perder o emprego. As empresas ameaçaram denunciá-los à polícia, a pretexto de que poderiam "engendrar o caos e provocar perturbações". Mas a deci-

são do tribunal que nos deu o direito de organizar os trabalhadores em nível sindical intensificou a determinação dos funcionários e conduziu-os a juntar-se à luta de seus colegas. As ameaças das empresas são dirigidas agora contra os militantes do sindicato. Alguns foram proibidos de entrar nos locais de trabalho, sob a alegação de que incitavam os trabalhadores a revoltar-se contra a empresa.

APOIE A LUTA:

- Site do AWU: arab.workers.un
- Envio de moções para: arab.workers.union48@gmail.com

• Dados para a remessa de contribuição:

Agência bancária:
Bank Leumi Le Israel B.M.;
Swift Code: LUMIILITLV;
Routing Number: IL010794;
Número da conta: 15988-47;
Nome do beneficiário:
Arab Workers Union in Israel;
Iban: IL670340020000001598847

Greve em escolas de Nazaré e Galileia

Nas 47 escolas em que estudam alunos árabes palestinos de Nazaré e das vilas árabes da Galileia, no norte do Estado de Israel, os 33 mil alunos e seus professores fizeram 27 dias de greve, em setembro, contra a discriminação imposta pelo governo israelense. Essas escolas recebem apenas 29% de verbas públicas para sua manutenção, enquanto o Estado financia 100% das escolas judaicas. O governo diminuiu em 45% suas subvenções em dois anos, o que levou à redução das atividades de ensino. Em 6 de setembro, 8 mil habitantes de Nazaré e da Galileia fizeram uma manifestação em Jerusalém, diante do gabinete do primeiro-ministro, Netanyahu. As faixas tinham mensagens como: "O governo quer o fim de nossas escolas. Pelo financiamento total!".

Na Catalunha, derrota da constituição monárquica

Eleições regionais no Estado espanhol impõem derrota esmagadora ao governo Rajoy

As eleições regionais para o Parlamento da Catalunha registraram esmagadora derrota do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy. Os que votaram em partidos pró-independência da Catalunha (47,8% da coalizão "Juntos pelo sim" e a Candidatura de Unidade Popular-CUP), mais os que são partidários do direito à autodeterminação (8,9% de "Catalunha, sim, se pode") e os 2,5% da União Democrática totalizam uma maioria de 59% contra a Constituição monárquica do Estado espanhol.

O Partido Socialista da Catalunha (PSC), obteve o pior resultado de sua história (12,7%), em virtude da política pró-monárquica da direção federal, propõe também uma reforma federal. Isso significa que os partidos que defendem a atual Constituição representam apenas 26% dos votos: o Partido Popular (PP) de Rajoy, afundou com 8,5% e o "Cidadãos" obteve 17,9%. Ao mesmo tempo, a proposta de "Juntos pelo sim" de proceder a uma declaração unilateral de independência se choca com um fato inegável: a soma de seus votos e os da CUP não chegam a 48% do total.



Manifestação em Barcelona na noite da votação

Vazio de representação

Os trabalhadores de todos os povos da Espanha constituem uma única classe, com as mesmas conquistas sociais, as mesmas convenções, uma única Seguridade Social, serviços públicos conquistados por toda a população, e, particularmente, centrais sindicais que atuam em todo o país, o que dá força à classe operária.

A crise econômica atual, produto da crise do capital financeiro em escala internacional e da política praticada por suas instituições, a

União Europeia e o FMI, levou às maiores mobilizações dos trabalhadores e suas organizações no país, mas os dirigentes das centrais sindicais assinaram um pacto social e deram trégua ao governo. Isso levou a indignação social a ter como expressão o crescimento espetacular do independentismo na Catalunha.

Os trabalhadores, camponeses e jovens que votam a favor da independência querem, antes de tudo, se libertar da monarquia, do Estado corrupto e dos privilégios do grande capital.

A política pró-monarquista da direção do PS impediu esse partido de desempenhar um papel de ligação entre os interesses dos trabalhadores de todos os povos e os direitos desses últimos. Nessas condições, há um verdadeiro vazio de representação dos interesses comuns dos trabalhadores e dos povos.

Num manifesto lançado por cerca de 200 sindicalistas e militantes operários de todo o Estado espanhol se pode ler: "Defendemos a união livre de povos livres como sendo a melhor opção. É a opção que mais nos interessa, como trabalhadores que lutamos juntos e, juntos, arrancamos conquistas comuns a todos. O povo catalão não pode ficar isolado na defesa de uma exigência democrática, porque essa exigência é a de todos os trabalhadores. Afirmamos que é um dever de todo o movimento operário do Estado espanhol fazer sua esta cauparte de nossas reivindicações: não descontar dos salários o tempo de ida dos trabalhadores ao banheiro e pagar horas extras do trabalho realizado às sextas e sábados.

Correspondente

Solidariedade ao povo haitiano: basta de ocupação militar!

Audiência pública dia 14 de outubro, na Câmara Municipal de SP pela retirada das tropas

Feito dos 11 anos de ocupação do Haiti por tropas da ONU, sob comando do Brasil, uma forte corrente migratória haitiana chega a nosso país em busca de trabalho. Somente pelo estado do Acre, ingressaram 33 mil haitianos entre 2010 (ano do terremoto no Haiti) e 2015. Se as dimensões não se comparam ao fluxo de refugiados em direção à Europa, vindos do Oriente Médio e da África do Norte, os mesmos preconceito e chauvinismo dos padrões europeus se verificam também aqui e, igualmente, visando a superexplorar a mão de obra estrangeira, utilizada como bode expiatório para pressionar pelo rebaixamento de direitos e salários e atemorizar a classe trabalhadora local.

Em algumas empresas de São Paulo, o mais rico estado do Brasil, haitianos trabalham sem direitos e recebem apenas 80% do piso da categoria respectiva (setor de reciclagem). E esse nem é o pior exemplo. Os patrões aproveitam, pois sabem que dificilmente eles reclamam, não apenas pelo obstáculo do idioma, mas também porque, diante das terríveis condições do Haiti, preferem permanecer aqui, mesmo superexplorados, para conseguir enviar recursos às suas famílias.

Aos trabalhadores brasileiros, cabe acolhe-los, como parte da mesma classe e associá-la à luta contra a exploração patronal.

Dimensão essencial da solidariedade é a luta pela retirada da Minustah do Haiti, campanha que, desde 2004, é desenvolvida no Brasil pelo Comitê "Defender o Haiti é defender a nós mesmos".

Não pode haver eleições livres num país sob ocupação

Marcada por eleições controladas pelo imperialismo EUA, a atual conjuntura do Haiti é mais uma prova de que o país só reencontrará o caminho do desenvolvimento econômico e social com a reconquista de sua soberania nacional.

Depois do 1º turno, em 9 de agosto, no qual "somente 18% dos eleitores participaram, a falta de transparência e as diversas denúncias de fraude levaram inúmeras organizações que concorreram às eleições a pedir sua anulação e a exigir do Comitê Eleitoral Provisório (CEP) que organizasse melhor o segundo turno, em 25 de outubro". É o que explicou o militante David Oxygène, integrante da "Coordenação Haitiana Pela Retirada das Tropas da ONU do Haiti". "Se compreendermos o significa-



Local de votação em 9 de agosto, sob escolta

do de eleição, no verdadeiro sentido da palavra, podemos dizer que não houve eleição", afirma David.

Segundo o jornal The Guardian, depois desse fiasco o governo dos EUA despachou para o Haiti nada menos que Kenneth H. Merten, diplomata que era seu embaixador no país e participou ativamente da "seleção" do atual presidente, Martelly, em 2010-2011. Sua missão é "garantir os resultados eleitorais", ou seja, uma nova "seleção" sob medida para os interesses dos EUA. A preocupação dos EUA tem razão de ser. É generalizado o repúdio à Minustah e Martelly, alvos de incontáveis manifestações. Até as pesquisas eleitorais revelaram uma preferência majoritária por candidatos de oposição, como a representante da Família Lavalas (partido do ex-presidente Aristide, deposto pelos EUA, em 2004)

e, sobretudo, o ex-senador Moise Jean-Charles, participante da campanha pela retirada da Minustah e que mantém esse compromisso em sua plataforma.

Evidentemente, o imperialismo estadunidense não permitirá que um candidato que não seja de seu agrado passe pela "seleção", por isso, aproximando-se o 25 de outubro, as pesquisas estão sendo "ajustadas", e o candidato de Martelly já aparece em primeiro lugar, deslocando o ex-senador Moise para segundo.

11 anos de luta pela retirada da Minustah

Para este mês de outubro, a Coordenação Haitiana Pela Retirada das Tropas lançou um apelo à "solidariedade internacional - que jamais nos faltou nesses últimos anos - para realizar uma grande mobilização continental contra as tropas da ONU no Haiti. Mobilizemo-nos entre 9 e 17 de outubro de 2015, momento em que a ONU se reunirá para renovar as tropas da Minustah. Pedimos às organizações e personalidades do movimento operário e democrático de diferentes países, em particular do continente, que façam desse período de mobilização continental uma vitória em cada país".

No interior do Haiti, a Coordenação Haitiana impulsiona entrevistas coletivas, palestras e manifestações

públicas durante todo esse período.

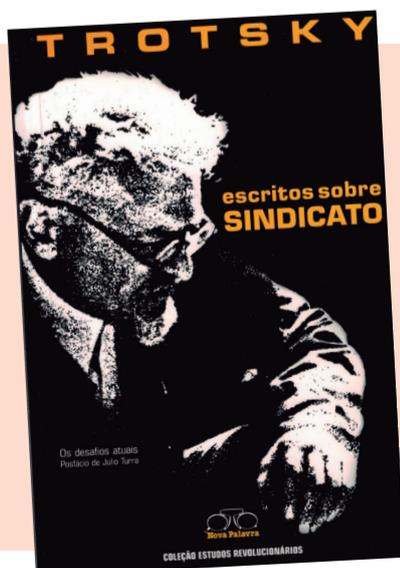
Atendendo a esse chamado, em São Paulo, na Câmara dos Vereadores o gabinete da vereadora paulistana Juliana Cardoso (PT), ao lado do Comitê "Defender o Haiti é Defender a Nós Mesmos", organiza uma Audiência Pública, no dia 14 de outubro, às 19h00, com a participação de Jean Bonald Fatal dirigente da organização sindical haitiana CTSP-Central dos trabalhadores do setor público e privado que também integra a Coordenação Haitiana pela retirada das tropas.

Bonald Fatal está no país como convidado do 12o. Congresso Nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e será recebido em Ato solene pelo secretário de Direitos Humanos do Município de São Paulo, Eduardo Suplicy, o presidente do PT Municipal, Paulo Fiorilo, o Secretário de Governo de São Paulo, José Américo, por Claudinho Silva (Secretaria de Direitos Humanos), Milton Barbosa (Movimento Negro Unificado), Flavio Jorge (Coordenação Nacional das Entidades Negras), Marcelo Buzzeto (Movimento Sem Terra), Rosi Wansetto (Jubileu Sul), Catia Silva (Secretaria Municipal de Saúde), Luã Cupolillo (Juventude Revolução) e Adriano Diogo, do PT.

Para os trabalhadores brasileiros, neste momento em que se acirram os ataques contra nossos direitos e nossas organizações, é hora, uma vez mais, de reafirmar, junto com a Coordenação haitiana, que "desde 2004, não há nada que justifique a intervenção de uma força estrangeira no país. A Minustah fez reinar um clima de autoritarismo e de insegurança, num atentado grave à soberania do povo haitiano".

Mais do que nunca, "defender o Haiti é defender a nós mesmos".

Barbara Corrales



"Trotsky: Escritos sobre sindicato" integra um posfácio de Julio Turra sobre os desafios atuais do sindicalismo.

O livro estará disponível, entre outras publicações, no stand de "O Trabalho" no Congresso da CUT (13 a 16/10).

Editora Nova Palavra

Preço: R\$20,00

Assine O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 - 24 edições: R\$90,00 - 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232